

## CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: 32Data: 26/08/91 Pg.: \_\_\_\_\_

## Waiãpis temem a invasão de garimpeiros

Arquivo Funai

1990  
• Os índios denunciam  
ação de mineradora  
em reserva do Amapá

Amaro Lopes

**R**IO BRANCO — A reserva indígena dos índios Waiãpis, no oeste do Amapá, está novamente ameaçada de invasão por garimpeiros ligados à Mineradora Itajary, de Belém. Nos últimos dias, os índios da aldeia de Mariry denunciaram o aumento do barulho dos aviões, além de rastros na floresta e a presença de alguns garimpeiros que foram afugentados com tiros de espingarda e flechas. A última tentativa de invasão ocorreu em maio último, mas os próprios índios apodêraram-se das máquinas e equipamentos dos garimpeiros, acionando também a Polícia Federal.

Criada em 1985, a Itajary tem sete sócios, entre os quais Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, mulher do ex-governador de Brasília José Aparecido, e Sérgio Cerqueira Barcellos, deputado federal (PFL-AP) e filho do governador do Amapá, Anibal Barcellos. A mineradora obteve autorização para funcionamento no mesmo ano de 85 do Departamento Nacional de Produção

Mineral (DNPM), conseguindo também permissão para explorar ouro e cassiterita pouco depois, em agosto, segundo decisão do então secretário-geral do Conselho de Segurança e Chefe de Gabinete Militar do Presidente Sarney, general Rubem Dayma Denys. Desde então, a Itajary procura obter igualmente autorização de lavras na área dos Waiãpis, mas o DNPM tem recusado todos os pedidos.

Por várias vezes os garimpeiros tentaram invadir a reserva indígena. Em maio passado, o conflito explodiu depois que a Itajary permitiu, através de contrato particular, que um grupo de garimpeiros realizasse pesquisa e lavra provisória na região dos rios Tucunapi (rio Água Preta, dentro da área indígena, e córrego Visagem, fora dos limites da reserva). Os garimpeiros entraram na área da reserva, mas encontraram a resistência dos Waiãpis que chamaram também a Polícia Federal para retirar os invasores. Sebastião Miranda Filho, um dos garimpeiros, foi detido no ato: contra ele havia um mandado de prisão por homicídio. Segundo a polícia, Sebastião e o irmão assassinaram um traficante de cocaína para se apoderar de 20 quilos da droga.

Para o administrador da Funai em Macapá, Antonio Pereira Neto, a solução para evitar um novo conflito, de maiores proporções, seria a demarcação

imediate da reserva, de aproximadamente 450 mil hectares. Os Waiãpis reivindicam ainda mais 20 mil hectares, que permitirão a preservação do córrego Onça, cujas águas correm dentro da reserva mas a nascente situa-se fora de seus limites atuais. Pereira Neto acha também fundamental o cumprimento do Decreto nº 24, de 4/2/91, pelo qual "a proteção do meio ambiente em áreas indígenas e seu entorno... constitui encargo da União". No seu entender, o decreto possibilitaria assegurar a preservação das condições de vida dos Waiãpis.

Mais de 50 pedidos de autorização para o garimpo já foram encaminhados ao DNPM, a maioria dentro da reserva ou bem próximo, ao sul, com predominância da Itajary ou de seus sócios individualmente. Os índios reafirmam disposição de luta e prometem rechaçar todos os garimpeiros invasores. Sua história indica que costumam cumprir as ameaças. Em novembro de 1990, eles queimaram as instalações e um avião de uma outra mineradora, a Monte Negro, que durante 10 anos explorou o ouro ao norte da reserva. A mineradora funciona atualmente na Serra do Tucumaque, no Pará. Corre no Amapá que vários garimpeiros teriam desaparecido nas terras dos Waiãpis, mas eles se calam sobre o assunto — não confirmam nem desmentem suas mortes.

## Uma história marcada pela resistência

Quando os Waiãpis tiveram seu primeiro contato com os garimpeiros em 1973, eram cerca de 6 mil. Do contato resultou uma epidemia de sarampo, matando quase toda a tribo: apenas pouco mais de 90 índios sobreviveram. Esse fato marcou de forma brutal a relação dos Waiãpis com os garimpeiros: nunca mais a tribo admitiu a presença do garimpo branco em suas terras. Atualmente com uma população de 500 pessoas, a maior preocupação dos Waiãpis é o crescimento de seu povo, para que possa garantir a soberania sobre seu território. Jumaí Waiãpi, chefe da aldeia Ara-

miry, conta que antes da tentativa de invasão em maio último, procurou diálogo com os garimpeiros. Estes teriam proposto aos índios que parassem de trabalhar na roça, caçar e pescar, pois garantiriam sua sobrevivência. Mas Kumai recusou a proposta — explica que conhece a história dos Ianomâmis e isso lhe basta. Aliás, uma preocupação dos índios mais velhos é justamente que todos os jovens aprendam português — para que possam entender os brancos e não serem enganados, como aconteceu com outros povos indígenas no Brasil.

A tribo se destaca pela força com que luta para preservar seu território e identi-

dade. Lamentam a situação dos Waiãpis que moram na Guiana Francesa. "Eles não são francês, não são branco, e não sabem mais dança de índio, não sabem caçar, pescar nem plantar roça. Eles não são mais índios. Eles não são nada" — diz um chefe de aldeia.

O povo Waiãpi ocupa uma área delimitada pelos rios Jari, Oiapoque e Araguari, a oeste do Amapá. Além da caça, pesca e agricultura, também têm suas próprias áreas de garimpagem de ouro. O minério é extraído de forma manual, sem poluição, apenas para adquirir os bens que necessitam.

## Políticos e empresários no garimpo

A Mineradora Itajary é uma sociedade formada por: Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, esposa do ex-governador de Brasília, José Aparecido; Sérgio Cerqueira Barcellos, deputado federal (PFL-AP) e filho do governador do Amapá, Anibal Barcellos; o jornalista e ex-articulista da *Folha de S. Paulo*, Newton de Almeida Rodrigues; Walter Ferreira do Carmo, dono de uma construtora no Amapá; Odilon Barcyk, acionista da O.R. Almeida, que tem como um dos proprietários o senador Henrique Almeida (PFL-AP); o ex-presidente do Banco

Regional de Brasília, Olair Zenir Leite; e Reginaldo Sarcinelli.

Uma denúncia sobre a exploração do ouro no Amapá foi feita em 1985 pelo jornal *Ultima Hora*, de Brasília. Na época, em entrevista à revista *Veja*, de 4/9/85, Maria Leonor afirmou que estava abandonando o ramo de mineração. Apesar da declaração feita à revista, nenhum dos sócios desistiu de qualquer pedido feito ao DNPM. No dia 9 de maio de 91 foi firmado um contrato entre José Carlos Fernandes, Sebastião Miranda Filho, Arnaldo Guimarães

Dias e Pedro Mendonça Filho, para exploração de uma área localizada em território indígena, que estaria sendo cedida pela Itajary a seus sócios.

No contrato definiu-se que José Carlos Fernandes e Sebastião Miranda Filho, que tinham a autorização da Itajary, aceitariam dividir a sociedade com Arnaldo Guimarães Dias, que iria garantir o maquinário para a exploração do minério, e Pedro Mendonça, que financiaria as despesas iniciais com alimentação e o transporte por aviões e helicópteros de sua empresa, a Kovacs Taxi Aéreo.



A maior preocupação dos Waiãpis é o crescimento de seu povo, para garantir a vigilância da reserva